

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2015

Valores monetários expressos em milhares de reais

Senhor Acionista, A Diretoria da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submeteu ao exame e deliberação de V.Ss. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa...

1.1. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos...

Table with 3 columns: 2014, 2015, Saldo Final. Rows include Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A., Gestores Prisionais Associados S/A GPA, Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A., etc.

A Companhia recebeu de sua controladora, MGI - Minas Gerais Participações S.A., como aumento de capital, no exercício de 2014, 161 imóveis não de uso destinados a venda...

Table with 3 columns: Nota, 2015, 2014. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Tributos a recuperar, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Notas, Capital social, Legal, Retenção de Lucros, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2013, Resultados abrangentes do exercício, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o Governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura...

2. Recursos Humanos A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui em seu passivo o montante de RS101 a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra...

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, receita operacional líquida de RS1.061. Esta receita foi proveniente da comercialização de bens imóveis próprios, não de uso. O custo apurado pela Companhia no exercício de 2015 totalizou RS1.812, composto por: (i) RS1.771 relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) RS34 relativo ao custo de avaliação dos imóveis vendidos; (iii) RS7 relativo ao IPTU dos imóveis vendidos...

3. AUDITORIA INDEPENDENTE A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços. 4. AGRADECIMENTOS A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2015, e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores...

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2015. A Administração.

Table with 5 columns: Nota, 2015, 2014. Rows include Fornecedores e outras contas a pagar, Salários e encargos sociais, Tributos a recolher, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Nota, 2015, 2014. Rows include Resultado do exercício, Resultados abrangentes do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados operacionais Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Nota, 2015, 2014. Rows include Receita, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesas administrativas, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de Caixa Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: 2015, 2014. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Table with 5 columns: Nota, 2015, 2014. Rows include Receita, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesas administrativas, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Nota, 2015, 2014. Rows include Resultado do exercício, Resultados abrangentes do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de Caixa Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: 2015, 2014. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, (veja nota 9).

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência. b. Redução ao valor recuperável (impairment) i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis) Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisões contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado. c. Provisões As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita. d. Receitas financeiras e despesas financeiras As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras. As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas. e. Imposto de renda e contribuição social O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de RS240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas. Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a comercialização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

Table with 5 columns: 2015, 2014. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida. 4 Caixa e Equivalentes de Caixa 31/12/2015 31/12/2014 Caixa e Bancos 3 - Aplicações Financeiras 1.001 - Total apresentado 1.004 - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia classificou todas as contas bancárias e aplicações financeiras como Títulos e Valores Mobiliários, em 2015, a Companhia reavaliou a necessidade de recursos de livre movimentação e transferiu o saldo em 31 de dezembro de 2015, em caixa e equivalente de caixa. Tais recursos são destinados aos gastos operacionais da Companhia, e são representados por aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo (98,5%) à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). 5 Títulos e valores mobiliários 31/12/2015 31/12/2014 Títulos e valores mobiliários - 201.636 Recurso destinado aos pagamentos de PPP - (167.232) Total apresentado - 34.404 Os títulos e valores mobiliários da Companhia, perfazem em dezembro de 2014, o valor de RS201.636. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, reclassificou este saldo para caixa e equivalentes de caixa. Em dezembro de 2014, a Companhia destinou para o pagamento das contraprestações em nome do Estado aos parceiros públicos o valor de RS167.232. Em dezembro de 2015 os recursos destinados ao pagamento de PPP excederam os recursos recebidos para este fim, originando assim um contas a receber do Estado de Minas (vide nota 6). 6 Contas a receber de clientes 31/12/2015 31/12/2014 Valores repassados pelo Estado ref. pagamento de PPP 502.243 - Obrigações por repasse PPP (CPC 39) (461.500) - Total 40.743 - A EMIP possui o valor de RS502.243 a receber do Estado de Minas Gerais referente a pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizadas, conforme nota 15. Em contrapartida, a Companhia recebeu do Estado, por intermédio de sua controladora, MGI, aporte de capital no valor de RS461.500 para pagamentos de contraprestações. Desta forma, a Companhia possui um saldo líquido de RS40.743 a receber do Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo líquido de contas a receber era zero, uma vez que o saldo de pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas era inferior ao montante recebido do Estado para esta finalidade. As parcerias público-privadas compreendem diversas formas de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de interesse público. A iniciativa privada entra com a capacidade de investir e de financiar, com a flexibilidade e com a competência gerencial e operacional, enquanto o setor público assegura a satisfação do interesse público. O ente privado participa da implantação e do desenvolvimento de obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos. O Estado, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, ficará também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado, remuneração essa que será vinculada ao desempenho do parceiro privado, e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária - Verificador Independente, no âmbito da relação contratual. No sentido de dar mais credibilidade a remuneração ao parceiro privado, o Estado criou em 16 de julho de 2013, a EMIP - Empresa Mineira de parcerias S/A, tendo como um dos objetivos, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), em 2015 foram pagos, como contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais, aos Parceiros Privados o montante de RS262.435, conforme demonstrado abaixo: Parcerias Público-Privadas saldo movimentoado 31/12/2014 31/12/2015 Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A 136.809 137.521 274.330 Gestores Prisionais Associados S/A - GPA 81.658 99.466 181.124 Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A 21.341 25.448 46.789 239.808 262.435 502.243 Reclassificação e Apresentação (f) A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de RS533.275, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Do total recebido, RS530.516 são destinados para os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas - Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento. Nesse sentido, por atuar apenas como um agente do Estado de Minas Gerais, a Companhia reclassificou em 2015, o aporte recebido no montante de RS54.460, até 31 de dezembro de 2014, o valor aportado foi RS407.040, perfazendo um total de RS461.500, do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante conforme requerido pelo CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e conforme CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Demonstrado no quadro abaixo o sumário da operação.

Table with columns for 31/12/2015, Ajuste, and 31/12/2014. Rows include Ativo, Total do ativo não circulante, Total do ativo, and Passivo.

Table with columns for 31/12/2015, Ajuste, and 31/12/2014. Rows include Passivo, Obrigações por repasse - PPP, Total do passivo não circulante, and Total do passivo.

Table with columns for 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include Tributos a recuperar, Tributos Retidos em Aplicações Financeiras, Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa, and Total.

Table with columns for Nota, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Resultados antes dos impostos, Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar, Base de cálculo para IRPJ, Total Imposto de renda e contribuição social, and Taxa efetiva.

9 Ativos mantidos para venda
Em 29 de Janeiro de 2014, o Conselho de Administração da MGI, acionista única da EMIP, deliberou, o aumento de capital no valor de R\$11.762, mediante incorporação de 165 imóveis de sua propriedade, remanescentes da privatização dos bancos BEMGE, CREDIREAL e da extinção da MINASCAIXA, de propriedade do EMG, já em 29 de setembro de 2014, o mesmo Conselho, reduziu para 161 imóveis, no valor de R\$113, perfazendo o total de R\$11.649 em 31 de dezembro de 2014.

10 Partes relacionadas
A Companhia tem com sua controladora, MGI - Minas Gerais Participações S.A., um convênio de Cooperação Técnica, perfazendo o total de R\$101, em 31 de dezembro de 2015.

Table with columns for MGI, Total, MGI, and Total. Rows include Partes Relacionadas, Passivo - Fornecedores, and Passivo - Obrigações com PPP.

Operações com pessoal-chave da Administração
O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

Table with columns for 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include Honorários e Encargos, Diretoria, and Conselho de Administração.

11 Patrimônio líquido
a. Capital Social
Em 14 de abril de 2015, a EMIP promoveu aumento de capital com o lucro a destinar do exercício de 2014, no valor de R\$19.599. Em 29 de setembro de 2015, a controladora MGI promoveu aumento de capital no valor de R\$95.000, a ser totalmente integralizado até 31 de janeiro de 2016. Deste montante, foi integralizado durante o exercício de 2015 o total de R\$54.460, restando R\$40.540 a integralizar. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital social integralizado no valor de R\$507.124, até 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou o capital em R\$ 461.500. A EMIP reclassificou parte do capital social do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39.

Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2015. Rows include Capital Social em 31/12/2014, Aumento de capital social, Reversão de dividendos a pagar do exercício anterior, Capital social a integralizar, Capital social em 31/12/2015, Reclasseificação obrigações por repasse - PPP - 2014, Reclasseificação obrigações por repasse - PPP - 2015, Total reclassificações, Capital Social Apresentado (CPC 39) em 31/12/2015, Capital Social em 31/12/2013, Aumento de capital social, Reversão de dividendos a pagar do exercício anterior, Aumento de capital social com lucros retidos, Redução de capital, Capital social em 31/12/2014, Reclasseificação obrigações por repasse - PPP - 2013, Reclasseificação obrigações por repasse - PPP - 2014, Total reclassificações, Capital Social Apresentado (CPC 39) em 31/12/2014.

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

Table with columns for ACIONISTAS, Ações, Movimen-tações, Ações, and pação %. Rows include MGI - Minas Gerais Participações S.A. and TOTAIS.

b. Reserva legal
A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

Table with columns for 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include Resultado and Reserva Legal - 5%.

c. Retenção de Lucros
O saldo remanescente do lucro gerado no exercício de 2015 foi reclassificado para Reserva de Retenção de lucros conforme disposição da lei 11.638/2007, no valor de R\$3.468 em 31 de dezembro de 2015, tendo a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30 abril de 2016.

Table with columns for Nota, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Dividendos, Lucro Líquido, Reserva Legal, Base de Cálculo para dividendos, and Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%).

12 Receita Operacional
A receita operacional da Companhia é gerada pela venda de seus bens imóveis não de uso. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a EMIP vendeu 26 imóveis por meio de concorrências públicas, arrecadando o valor total de R\$1.166, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns for 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include Receitas de vendas de imóveis, PIS/COFINS, and Receita Líquida.

Table with columns for 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include Custos e despesas, Custo de Aquisição de Imóveis, Custo de Avaliação de Bens Imóveis, Custo de IPTU, Total custos dos produtos vendidos, Despesas com Pessoal, Outras despesas administrativas, Total despesas administrativas, and Total custos e despesas.

Table with columns for 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include 14 Receitas e despesas financeiras, Receitas Financeiras, PIS/COFINS, Despesas Financeiras, IOF, and Resultado Financeiro Líquido.

No dia 1º de abril de 2015, foi publicado o decreto nº 8.426/2015, que restabeleceu as alíquotas de PIS (0,65%) e COFINS (4%) incidentes sobre a receita financeira, entrando em vigor a partir de julho de 2015.

15 Instrumentos financeiros
Gerenciamento de risco financeiro
a. Visão geral
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito;
• Risco de liquidez;
• Risco de mercado;
• Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem

dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuadas e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

b. Estrutura do gerenciamento de risco
O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A EMIP, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

c. Risco de crédito
Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

d. Exposição a riscos de crédito
A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2015 e 2014):

Table with columns for Nota, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras - Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, and Total.

e. Perdas por redução no valor recuperável
Contas a receber de clientes e outros créditos
Estes ativos estão representados pelas contas a receber decorrentes dos pagamentos efetuados aos parceiros privados, em decorrência da atuação da Companhia como mandatária do Estado de Minas Gerais em Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

a. Risco de liquidez:
Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de dividendos ordinários.

Table with columns for Nota, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Passivo financeiro não derivativo, Fornecedores e outras contas a pagar, JSCP e dividendos a pagar, and Total.

f. Risco de taxa de juros
A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos). Na data das informações o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Table with columns for Nota, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Indexador DI, Aplicações Financeiras - Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras - Títulos e valores mobiliários, and Total.

g. Gestão de capital
O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

h. Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
• Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
• Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
• Documentação de controles e procedimentos;
• Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
• Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

- Desenvolvimento de planos de contingência;
• Padrões éticos e comerciais.
16 Evento Subsequente
Não ocorreram eventos subsequentes relevantes até a data da aprovação das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, pela Diretoria da Companhia.

Table with columns for Conselho de Administração, Diretoria Executiva, and Contador responsável. Rows include names and titles of board members and the auditor.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Acionistas e Diretores da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ênfase
Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 6, a qual descreve o processo de parcerias público-privadas "PPPs" e demonstra que o Estado de Minas Gerais, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, é também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária - Verificador Independente, no âmbito da relação contratual. Tendo a EMIP responsável somente pelo repasses do recursos recebido e aprovados pelo Estado de Minas Gerais.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 06 de março de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2016
KPMG Auditores Independentes - CRC ZSP014428/O-6
Anderson Luiz de Menezes - Contador CRC MG-070240/O-3

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas. Considerando, ainda, o Relatório da KPMG - Auditores Independentes, de 28 de abril de 2016, entendemos que elas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira

da Empresa, e opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Opina, ainda, este Conselho, favoravelmente à aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas relativa à destinação do lucro líquido do exercício.

Belo Horizonte, 28 de Abril de 2016.

Suzana Campos de Abreu
Tânia Marcia de Araújo
Enzo Pereira Botelho
José Fernando Aparecido de Oliveira